

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	7
DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	17

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	61
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	63
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	64

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	438.327.000
Preferenciais	0
Total	438.327.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	359.570	361.538
1.01	Ativo Circulante	22.661	23.525
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.756	1.098
1.01.03	Contas a Receber	3.733	8.260
1.01.03.01	Clientes	3.733	8.260
1.01.04	Estoques	1.928	1.989
1.01.07	Despesas Antecipadas	11.261	8.280
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.983	3.898
1.01.08.03	Outros	3.983	3.898
1.02	Ativo Não Circulante	336.909	338.013
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	21.850	8.517
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	23	35
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	21.827	8.482
1.02.01.10.03	Depositos Judiciais	21.827	8.482
1.02.03	Imobilizado	8.854	9.530
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.854	9.530
1.02.04	Intangível	306.205	319.966
1.02.04.01	Intangíveis	306.205	319.966
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	306.205	319.966

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	359.570	361.538
2.01	Passivo Circulante	63.951	51.108
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.880	5.373
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	6.880	5.373
2.01.02	Fornecedores	18.665	16.051
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	18.665	16.051
2.01.03	Obrigações Fiscais	18.266	12.931
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	9.788	7.221
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	9.788	7.221
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	8.478	5.710
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.233	549
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.233	549
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	2.233	549
2.01.05	Outras Obrigações	17.907	16.204
2.01.05.02	Outros	17.907	16.204
2.01.05.02.04	Outros Passivos	17.907	16.204
2.02	Passivo Não Circulante	494.691	494.718
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	222	249
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	222	249
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	222	249
2.02.02	Outras Obrigações	7.713	7.669
2.02.02.02	Outros	7.713	7.669
2.02.02.02.03	Impostos a Recolher	7.646	7.669
2.02.02.02.04	Outros Passivos	67	0
2.02.03	Tributos Diferidos	8.682	8.116
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.682	8.116
2.02.04	Provisões	478.074	478.684
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	472.484	471.853
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	472.484	471.853
2.02.04.02	Outras Provisões	5.590	6.831
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação	5.590	6.831
2.03	Patrimônio Líquido	-199.072	-184.288
2.03.01	Capital Social Realizado	438.327	438.327
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-637.399	-622.615

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	19.548	45.061	25.061	47.795
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-21.356	-44.176	-22.877	-45.687
3.03	Resultado Bruto	-1.808	885	2.184	2.108
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.405	-14.431	-11.738	-22.999
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.148	-14.189	-11.470	-22.603
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-257	-242	-268	-396
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-9.213	-13.546	-9.554	-20.891
3.06	Resultado Financeiro	-354	-673	-1.966	-1.783
3.06.01	Receitas Financeiras	12	58	640	1.348
3.06.02	Despesas Financeiras	-366	-731	-2.606	-3.131
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-9.567	-14.219	-11.520	-22.674
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-278	-566	0	0
3.08.02	Diferido	-278	-566	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-9.845	-14.785	-11.520	-22.674
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-9.845	-14.785	-11.520	-22.674
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,0224	0,0337	0,0262	0,0517
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,0224	0,0337	0,0262	0,0517

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	-9.845	-14.785	-11.520	-22.674
4.03	Resultado Abrangente do Período	-9.845	-14.785	-11.520	-22.674

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 30/06/2025	01/01/2024 à 30/06/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	563	-16.609
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.412	-3.565
6.01.01.01	Prejuízo Líquido do Exercício	-14.785	-22.674
6.01.01.02	Amortização e Depreciação	15.705	15.701
6.01.01.03	Baixas do Ativo Intangível e Imobilizado	294	81
6.01.01.04	Provisão de Contingências	632	3.327
6.01.01.05	Tributos Diferidos	566	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.849	-13.044
6.01.02.01	Contas a receber	4.526	-194
6.01.02.02	Estoques de Almoxarifado	62	94
6.01.02.03	Despesas Antecipadas	-2.980	-5.077
6.01.02.04	Adiantamentos	-65	-774
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	-21	-260
6.01.02.06	Depositos Judiciais	-13.346	-1
6.01.02.07	Fornecedores	2.614	3.892
6.01.02.08	Obrigações Tributárias	5.313	5.202
6.01.02.09	Obrigações Sociais	1.507	-1.433
6.01.02.10	Provisão para Manutenção de Ativos	-1.241	-2.434
6.01.02.11	Outros Passivos	1.782	-12.059
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.562	-7.448
6.02.01	Aquisição para Ativo Intangível	-1.360	-7.033
6.02.02	Aquisição para Ativo Imobilizado	-202	-415
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.657	22.253
6.03.03	Empréstimos e Financiamentos	1.657	-435
6.03.04	Aplicações Financeiras Vinculadas	0	22.688
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	658	-1.804
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.098	2.560
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.756	756

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	438.327	0	0	-622.614	0	-184.287
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	438.327	0	0	-622.614	0	-184.287
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-14.785	0	-14.785
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-14.785	0	-14.785
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	438.327	0	0	-637.399	0	-199.072

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	438.327	0	0	-369.798	0	68.529
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	438.327	0	0	-369.798	0	68.529
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-22.674	0	-22.674
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-22.674	0	-22.674
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	438.327	0	0	-392.472	0	45.855

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 30/06/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
7.01	Receitas	49.339	52.321
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	49.339	52.321
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-40.959	-50.582
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-29.142	-30.617
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.817	-19.965
7.03	Valor Adicionado Bruto	8.380	1.739
7.04	Retenções	-15.686	-15.701
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-15.686	-15.701
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-7.306	-13.962
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	58	1.348
7.06.02	Receitas Financeiras	58	1.348
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-7.248	-12.614
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-7.248	-12.614
7.08.01	Pessoal	1.962	2.403
7.08.01.01	Remuneração Direta	883	1.184
7.08.01.02	Benefícios	475	468
7.08.01.03	F.G.T.S.	604	741
7.08.01.04	Outros	0	10
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.277	4.526
7.08.02.01	Federais	1.810	1.910
7.08.02.03	Municipais	2.467	2.616
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.298	3.131
7.08.03.01	Juros	732	3.131
7.08.03.03	Outras	566	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-14.785	-22.674
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-14.785	-22.674

Comentário do Desempenho

Relatório dos Comentários de Desempenho

2º ITR 2025

K-Infra Rodovia do Aço S.A.

Relatório Financeiro e Operacional

Comentário do Conselho de Administração

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

APRESENTAÇÃO

Atendendo às disposições legais, a Administração da **K-Infra Rodovia do Aço S.A.** apresenta-lhes a seguir, o Relatório dos resultados referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2025, elaborados de acordo com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Este relatório deve ser analisado em conjunto com as demonstrações financeiras e seus anexos.

1. RESPONSABILIDADE OPERACIONAL

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

A Concessionária K-Infra vem alcançando ótimos índices de eficiência no que diz respeito a atendimento ao usuário. No segundo trimestre de 2025 realizou cerca de 15.mil atendimentos ao longo da Rodovia, com média de 95 atendimentos por dia. Os atendimentos estão segmentados em:

- **Inspeção de Tráfego:** Média de 47 atendimentos por dia no segundo trimestre de 2025, com tempo médio de chegada ao local de 1,02 minutos.
- **Socorro Médico:** Média de 5 atendimentos por dia no segundo trimestre de 2025, com tempo médio de chegada ao local de 7,39 minutos.
- **Socorro Mecânico:** Média de 36 atendimentos por dia no segundo trimestre de 2025, com tempo médio de chega ao local de 12,15 minutos.

Esses números refletem a dedicação da K-Infra em manter um alto padrão de atendimento, essencial para lidar com uma variedade de incidentes, desde veículos parados a incêndios em vegetação e acidentes.

Os resultados, quando relacionados ao cenário atual, evidenciam, mais uma vez, o esforço e a consistência na tentativa de manter nossa estratégia de negócio, uma tarefa desafiadora, mas que com foco na eficiência, excelência operacional, rigorosa disciplina financeira, e a dedicação e entrega das equipes, mesmo com toda sensibilidade dos processos jurídicos em curso e limitações financeiras, a K-Infra tem conseguido manter um bom nível de conforto aos usuários.

Relatório Financeiro e Operacional

Comentário do Conselho de Administração

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

2.1 RECEITA OPERACIONAL

Nossa receita operacional bruta consolidada totalizou R\$ 49,2 milhões até o 2º trimestre de 2025, uma redução de 5,8%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. A arrecadação de pedágios representa 99,9% do total das receitas e registrou uma redução na ordem de 5,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. O queda da receita está diretamente relacionado à paralisação dos serviços prestados no mês de junho.

	30/06/2025	30/06/2024	%
<i>Arrecadação de Pedágio</i>	49.276	52.309	-5,80%
<i>Receitas Extraordinárias</i>	62	12	416,56%
<i>(-) Impostos incidentes s/ vendas</i>	(4.277)	(4.526)	-5,51%
Receita Líquida	45.061	47.795	-5,72%

2.2 CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais da Companhia são compostos por: gastos em conservação de rotina, operação da rodovia e monitoramento, bem como pela amortização das obras executadas, investimentos em equipamentos e veículos necessários para a operação da rodovia, conforme previsto no contrato de concessão e estabelecido pelas normas contábeis. Compõe ainda estes custos a verba de fiscalização pagas ao Poder Concedente, os seguros e as garantias exigidos pelo contrato de concessão. No ano de 2025, esses custos totalizaram R\$ 44 milhões. Quando comparado ao mesmo período do ano anterior, vemos uma variação de R\$ 1,5 milhões, equivalente a 3,31%. No ano de 2025 para fazer frente a obrigações contratuais, foi dado início a alguns segmentos de manutenções na Rodovia, com isso, a redução na linha de Conservação da Rodovia, que vinha sendo realizada com mais frequência como paliativo.

	30/06/2025	30/06/2024	%
Conservação de Rodovias	(8.392)	(8.492)	-1,2%
Custos de Const. - Ativos de Concessão	-	-	-
Operação de Rodovias	(20.750)	(21.783)	-4,7%
Monitoramento	-	(342)	-100,0%
Amortização	(15.034)	(15.070)	-0,2%
	(44.176)	(45.687)	-3,31%

Relatório Financeiro e Operacional

Comentário ao Resultado de Desempenho

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2.3 DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas com Pessoal e Encargos, registraram uma variação de 18,3%, em 2025 quando comparado ao exercício de 2024. Já as despesas Operacionais, registraram uma variação de 39,5% em relação ao mesmo período no exercício anterior, a queda reflete a paralisação dos serviços prestadores na rodovia em junho de 2025 por motivo de caducidade do contrato em questão. A linha de “Outros Ganhos e Perdas” são referentes a valores recebidos de sinistros, residual das vendas de imobilizado e venda de sucatas.

Pessoal	30/06/2025	30/06/2024	%
Ordenados e salários	(883)	(1.184)	-25,4%
Custos com encargos sociais	(1.079)	(1.218)	-11,5%
	(1.962)	(2.402)	-18,32%
Operacional	30/06/2025	30/06/2024	%
Material, equipamentos e veículos	(566)	(1.160)	-51,2%
Outros tributos e contribuições	(81)	(23)	250,8%
Provisões e Contingências	(1.540)	(7.585)	-79,7%
Despesas gerais	(9.387)	(11.434)	-17,9%
Amortização	(652)	(632)	3,2%
Outros ganhos (perdas) líquidos	(242)	236	-197,4%
Despesas Operacionais Totais	(12.468)	(20.598)	-39,5%

2.4 RECONCILIAÇÃO DO EBITDA

O EBITDA corresponde a capacidade de geração de caixa com a operação, ou seja, o lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações no exercício, que totalizaram em 2025, R\$ 14 milhões, e sua margem representou, em relação a receita líquida de vendas, 11,1% (2º tri). Mas, quando ajustado pelas despesas não gerenciáveis, sua margem representa 23,4% (1º tri).

Relatório Financeiro e Operacional

Comentário ao Resultado de Desempenho

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2025	30/06/2024
Prejuízo Líquido	(14.785)	(22.674)
(+) IR e CS Corr. e Dif.	566	-
(+) Resultado Financeiro Líquido	673	1.783
(+) Provisões	2.872	7.915
(+) Depreciação e Amortização	15.686	15.702
EBITDA	5.013	2.726
Margem EBITDA	11,1%	5,7%
(+) Despesas Não Gerenciáveis	773	7.533
EBITDA Ajustado	5.786	10.258
Margem EBITDA Ajustado	12,8%	21,5%

2.5 RESULTADO FINANCEIRO

A redução nos Juros sobre Financiamentos e Parcelamentos na ordem de R\$ 37 em 2025, contra R\$ 1312 em 2024, no mesmo período, deve-se a quitação de alguns empréstimos e financiamentos. A variação da linha de Juros sobre as provisões de manutenção se dá pela reconciliação do projeto de manutenção emergencial pelo departamento da engenharia responsável.

Receitas financeiras

	30/06/2025	30/06/2024	%
Rendimento s/ aplicações financeiras	37	1.312	-97,2%
Outras receitas	21	37	77,8%
	58	1.348	-95,7%

Despesas financeiras

Juros financiamentos e Parcelamentos	(727)	(3.112)	-76,6%
Juros s/provisão de manutenção	(4)	(19)	-80,0%
	(731)	(3.131)	-76,7%
Resultado Financeiro	(673)	(1.783)	-62,2%

Relatório Financeiro e Operacional

Comentário ao Relatório de Desempenho

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

3. MERCADO DE CAPITAIS

AÇÕES E CAPITAL SOCIAL

O Capital Social em 30 de junho de 2025 é de R\$ 438.327 (Quatrocentos e trinta e oito milhões, trezentos e vinte e sete mil) e em ações R\$ 438.327 (Quatrocentos e trinta e oito reais, trezentos e vinte e sete mil) ordinárias, ao preço de subscrição de R\$1,00 (um real) por ação.

K-INFRA Concessões e Participações LTDA - 100%

30/06/2025438.327**438.327**

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A remuneração aos acionistas é feita por meio da distribuição de dividendos, assegurando-se um percentual mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado da empresa, conforme a Lei das Sociedades por Ações.

4. CONCEITOS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração, composto por quatro membros, é responsável pelo estabelecimento das políticas e diretrizes gerais de negócio, incluindo sua estratégia de longo prazo, o controle e a fiscalização do desempenho da empresa, bem como pela homologação de políticas e estratégias. Cabe, ainda, ao Conselho eleger e/ou destituir diretores e supervisionar o exercício de suas funções. Seus membros possuem mandato unificado de dois anos, podendo ser reeleitos.

DIRETORIA EXECUTIVA

É responsável pela condução dos negócios e pela tomada de decisão em todos os âmbitos necessários ou adequados para a atuação da empresa, além de executar as decisões tomadas pelos Investidores.

AUDITORIA INDEPENDENTE

Adepta das melhores práticas de governança corporativa, a Companhia conta com gestão profissionalizada e submete suas contas a uma auditoria independente, de acordo com as regras e princípios contábeis pertinentes. As análises são publicadas em

Relatório Financeiro e Operacional**Comentários ao Relatório de Desempenho**

(valores expressos em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

periódico oficial e jornais de grande circulação. A auditoria independente é contratada pela empresa, exclusivamente, para análise dos balanços, sem vínculo com as atividades da concessionária.

CONSELHO FISCAL

Não atua em caráter permanente, mas, por deliberação dos acionistas, poderá ser instalado. Quando convocado, é composto por quatro membros efetivos e quatro suplentes, que podem ser acionistas ou membros externos.

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO

A Companhia segue as diretrizes e regras de transparência na divulgação de informações e as exigências da Comissão de Valores Monetários (CVM), que é o órgão regulador do mercado de capitais.

SOCIOAMBIENTAL

A Companhia está voltada a projetos e ações de responsabilidade social e ambiental, realizados com base no desenvolvimento sustentável, de forma economicamente viável. Portanto, suas atividades, que, de alguma forma podem impactar o meio ambiente ou interferir na realidade das populações que habitam sua área de influência, recebem tratamento prioritário por parte dos gestores da empresa.

Tal preocupação extrapola o mero cumprimento do que dispõe na legislação e inclui ações paralelas, como campanhas de conscientização ambiental, melhoria da qualidade de vida, inclusão social e de afirmação da cidadania, que contam com o envolvimento das comunidades situadas próximo à Rodovia.

As informações financeiras da K-Infra Concessões Rodovia do Aço, apresentadas neste Relatório, Demonstrações Financeiras e seus Anexos, encontram-se em conformidade com os critérios da legislação societária brasileira, a partir das informações contábeis auditadas e são públicas nos endereços da RFB.

Notas Explicativas

Relatório das Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas 2º ITR 2025

K-Infra Rodovia do Aço S.A.

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas**

Balanços Patrimoniais

Em 30 de Junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo (em milhares de reais)	Nota	30/06/2025	31/12/2024
Circulante			
<i>Caixa e equivalentes de caixa</i>	5	1.756	1.098
<i>Clientes e operações a receber</i>	6	3.733	8.260
<i>Estoque</i>	7	1.928	1.989
<i>Despesas antecipadas</i>	8	11.261	8.281
<i>Adiantamentos</i>		961	897
<i>Impostos a recuperar</i>	9	3.022	3.001
Total do ativo circulante		22.661	23.526
Não circulante			
<i>Aplicações financeiras vinculadas</i>		-	-
<i>Depósitos judiciais</i>	10	21.827	8.482
<i>Despesas Antecipadas e Outros Créditos</i>	8	23	35
<i>Imobilizado</i>	11	8.854	9.530
<i>Intangível</i>	12	306.205	319.966
Total do ativo não circulante		336.909	338.013
Total do Ativo		359.570	361.538

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas**

Balanços Patrimoniais

Em 30 de Junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo	Nota	30/06/2025	31/12/2024
<i>(em milhares de reais)</i>			
Circulante			
<i>Fornecedores</i>	13	18.665	16.051
<i>Empréstimos e financiamentos</i>	14	2.168	495
<i>Obrigações de Arrendamento</i>		65	54
<i>Salários e encargos sociais</i>	15	6.880	5.373
<i>Impostos a recolher</i>	16	18.266	12.930
<i>Outros passivos</i>	17	17.907	16.204
Total do passivo circulante		63.951	51.108
Não circulante			
<i>Empréstimos e Financiamentos</i>	14	-	-
<i>Obrigações de Arrendamento</i>		222	249
<i>Provisão para contingências</i>	10	472.484	471.853
<i>Provisão para manutenção dos ativos</i>	18	5.590	6.831
<i>Impostos a recolher</i>	16	7.646	7.669
<i>IR e CS diferidos</i>	24	8.682	8.116
<i>Outros passivos</i>	17	67	-
Total do passivo não circulante		494.692	494.718
Patrimônio líquido			
<i>Capital social</i>	19	438.327	438.327
<i>Prejuízos acumulados</i>		(637.399)	(622.615)
Total do patrimônio líquido		(199.072)	(184.288)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		359.570	361.538

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Demonstrações do Resultado****Em 30 de Junho de 2025 e 30 de Junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Receita Operacional Líquida	Nota	30/06/2025	30/06/2024
Operações			
Receita Operacional Líquida	20	45.061	47.795
		45.061	47.795
Custo dos serviços prestados	21		
Conservação de rodovias		(8.392)	(8.492)
Operação de rodovias		(20.750)	(21.783)
Monitoramento		-	(342)
Amortização		(15.034)	(15.070)
		(44.176)	(45.687)
Lucro(Prejuízo) bruto		885	2.108
Despesas Operacionais	22		
Despesas com pessoal		(1.962)	(2.402)
Despesas administrativas		(11.575)	(20.201)
Depreciação		(652)	(632)
Outros ganhos (perdas) Líquidos		(242)	236
		(14.431)	(22.999)
Lucro(Prejuízo) Operacional		(13.546)	(20.891)
Resultado financeiro	23		
Receitas financeiras		58	1.348
Despesas financeiras		(731)	(3.131)
		(673)	(1.783)
Lucro (Prejuízo) antes dos Impostos		(14.219)	(22.674)
Imposto de renda e contribuição social diferido	24		
		(566)	-
		(566)	-
Lucro(Prejuízo) do Exercício	25	(14.785)	(22.674)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.

Demonstrações do Resultado Abrangente
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de Junho de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	30/06/2025	30/06/2024
Prejuízo do exercício	(14.785)	(22.674)
<i>Outros resultados abrangentes</i>	-	-
Resultado abrangente do exercício	(14.785)	(22.674)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	438.327	(369.798)	68.529
<i>Prejuízo do Período</i>	-	(22.674)	(22.674)
Saldos em 30 de Junho de 2024	438.327	(392.472)	45.855
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	438.327	(622.614)	(184.287)
<i>Prejuízo do Período</i>	-	(14.785)	(14.785)
Saldos em 30 de Junho de 2025	438.327	(637.399)	(199.072)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Demonstração dos Fluxos de Caixa****Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	30/06/2025	30/06/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
<i>Lucro Prejuízo Líquido do Período</i>	(14.785)	(22.674)
<i>Ajustado por:</i>		
<i>Amortização e depreciação</i>	15.705	15.701
<i>Baixa de ativo Intangível e Imobilizado</i>	294	81
<i>Provisão de contingências</i>	632	3.327
<i>Imposto de renda e contribuição social diferidos</i>	566	0
	2.412	(3.565)
Varição nos ativos e passivos operacionais		
<i>Contas a receber</i>	4.527	(194)
<i>Estoques de almoxarifado</i>	62	94
<i>Despesas antecipadas</i>	(2.980)	(5.077)
<i>Adiantamentos</i>	(64)	(773)
<i>Impostos a recuperar</i>	(21)	(260)
<i>Depósitos judiciais</i>	(13.345)	(1)
<i>Fornecedores</i>	2.614	3.892
<i>Obrigações tributárias</i>	5.313	5.202
<i>Obrigações sociais</i>	1.507	(1.433)
<i>Provisão para manutenção de ativos</i>	(1.241)	(2.434)
<i>Outros Ativos e Passivos</i>	1.782	(12.059)
	(1.849)	(13.044)
Caixa líquido gerado e (consumido) pelas atividades operacionais.	563	(16.609)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
<i>Aquisição para ativo intangível</i>	(1.360)	(7.033)
<i>Aquisição para ativo imobilizado</i>	(202)	(415)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(1.562)	(7.448)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
<i>Pagamento do Principal - Empréstimos e Financiamentos</i>	(310)	(448)
<i>Pagamento de Encargos - Empréstimos e Financiamentos</i>	1.983	40
<i>Arrendamento CPC 06</i>	(16)	(27)
<i>Aplicação Financeira Vinculada</i>	-	22.688
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	1.657	22.253
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	658	(1.804)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Demonstração do Valor Adicionado****Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	30/06/2025	30/06/2024
Receitas		
<i>Venda de Serviços</i>	49.276	52.309
<i>Receitas Extraordinarias</i>	63	12
	49.339	52.321
Insumos adquiridos de terceiros		
<i>Custo dos serviços prestados</i>	(29.142)	(30.617)
<i>Materiais, energia e outros</i>	(11.817)	(19.965)
	(40.959)	(50.582)
Valor adicionado bruto	8.380	1.739
Retenções		
<i>Depreciação e amortização</i>	(15.686)	(15.701)
Valor adicionado líquido	(7.306)	(13.962)
Valor recebido em transferências		
<i>Receitas Financeiras</i>	58	1.348
Valor adicionado total a distribuir	(7.248)	(12.614)
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal e encargos Administrativos		
<i>Remuneração direta</i>	883	1.184
<i>Benefícios</i>	475	467
<i>F.G.T.S</i>	604	742
<i>Outros</i>	0	10
	1.962	2.402
Impostos, taxas e Contribuições Diferidos		
<i>Federais</i>	1.810	1.910
<i>Municipais</i>	2.467	2.616
<i>Diferido</i>	566	
	4.843	4.526
Juros e aluguéis		
<i>Juros</i>	732	3.131
Remuneração do capital próprio		
<i>Prejuízo do exercício</i>	(14.785)	(22.674)
Total Distribuído	(7.248)	(12.614)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

1. Contexto operacional

A K-Infra Rodovia do Aço S.A. é uma sociedade que foi constituída em 4 de março de 2008 tendo por objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público precedida da execução de obra pública, compreendendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do lote rodoviário BR-393/RJ, trecho divisa dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, com extensão de 200,40 km, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 03, de conformidade com o Edital de Licitação nº 007/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e com o respectivo Contrato de Concessão firmado entre Companhia e ANTT em 27 de março de 2008, com prazo de 25 (vinte e cinco) anos.

Outras atividades podem ser exercidas, a exemplo a exploração da faixa de domínio; como o aluguel de espaço para publicidade, passagem de cabos de fibra óptica e distribuição de panfletos, que serão consideradas sob o título de Receitas Acessórias e o resultado dessas é levado à modicidade tarifária. As atividades são reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Em 23 de novembro de 2018, após aprovação da ANTT da Transferência de Controle Acionário-Ofício nº 002/2019/SUREG, a Companhia foi 100% (cem por cento) adquirida pela K-Infra Concessões e Participações LTDA, (Antiga KT2 Assessoria e Consultoria em Gestão de Negócios e Participações Ltda.) No âmbito desta aquisição, sua denominação social foi alterada de Acciona Concessões Rodovia do Aço S.A. para K-Infra Rodovia do Aço S.A.

A K-Infra Concessões e Participações LTDA, (Antiga KT2 Assessoria e Consultoria em Gestão de Negócios e Participações Ltda.) é uma empresa formada pela Group K2 Holding LLC com 99,99% e Group 2GK LLC com 0,01% em sua estrutura acionária; especializada em captação de recursos e gestão de ativos, composta por profissionais oriundos do mercado, com experiência nas áreas financeira, desenvolvimento de oportunidade de negócios, gestão de infraestrutura e tecnologias. O Grupo K2, reúne investidores que acreditam no potencial de crescimento do País para os próximos anos, com expertise trazida por um seleto grupo de executivos, engenheiros e técnicos especialistas em infraestrutura e transporte, com ampla experiência na gestão de rodovias.

Agora sob a gestão e controle do Grupo K2, a Companhia pretende retomar a execução do plano de investimentos previsto pelo Contrato de Concessão, mediante captação de recursos financeiros no mercado nacional e internacional.

Continuidade operacional

Em 2025, o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 41.290 (R\$ 27.582 em 2024), bem como obteve prejuízo no período de R\$ 14.785 e possui prejuízos acumulados de R\$ 637.399.

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Plano de Ação e Fatores Favoráveis:**O Impasse da Concessão da Rodovia do Aço: Da Caducidade à Judicialização**

A conclusão do Contrato de Concessão da Rodovia do Aço se tornou um impasse administrativo e judicial. Tudo começou quando a ANTT instaurou um processo de caducidade que, depois de ratificado, foi enviado aos órgãos federais. A concessionária tentou negociar uma solução administrativa, mas a proposta foi rejeitada, e o conflito escalou para a esfera judicial. Agora, o processo aguarda uma decisão liminar do Supremo Tribunal Federal (STF).

A seguir, se apresenta um breve relato dos principais eventos que ocorreram entre 2021 e a atualidade.

Histórico do processo de Caducidade

Por meio da Deliberação nº 338/2021, a Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) instaurou um processo administrativo de caducidade contra a concessionária K-Infra Rodovia do Aço S/A. Para instruir o caso, uma Comissão Processante foi designada, conforme a Resolução nº 5.935/2021. O prazo estipulado para a conclusão dos trabalhos da comissão foi de 180 dias.

A concessionária foi oficialmente notificada do início dos trabalhos da comissão através do Ofício SEI nº 27623/2021/SUOD/DIR-ANTT, em 14 de outubro de 2021. Em resposta, a K-Infra Rodovia do Aço S/A adotou as providências legais necessárias para sua defesa e para buscar o encerramento do processo junto ao Poder Concedente.

Após a instrução da Comissão Processante, o processo SEI/ANTT nº 50500.096903/2021-58 foi encaminhado à Diretoria do Sr. Davi Barreto (DDB) para análise. Durante essa etapa, a diretoria solicitou diligências à Procuradoria Federal junto à ANTT (PF/ANTT) e à Superintendência de Infraestrutura Rodoviária (SUOD). Em resposta, foram produzidos os seguintes documentos:

- DESPACHO DE APROVAÇÃO n. 00218/2022/PF-ANTT/PGF/AGU (SEI/ANTT nº 13529187);
- PARECER n. 00210/2022/PF-ANTT/PGF/AGU (SEI/ANTT nº 13529175);
- DESPACHO SUOD (SEI/ANTT nº 13449118);
- RELATÓRIO DE ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO – AIR (SEI/ANTT nº 12498905).

Em 17 de novembro de 2022, a Diretoria Colegiada da ANTT, por meio da Deliberação nº 344, propôs à União a decretação da caducidade do Contrato de Concessão Edital nº 007/2007, referente à rodovia BR-393/RJ.

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

A concessionária, com base no artigo 13, § 2º, da Resolução ANTT nº 5.935/2021, protocolou um recurso administrativo contra a deliberação em 28 de novembro de 2022, conforme a Carta DG 16.715/2022.

Com fundamento no voto DLL – 054, a Diretoria Colegiada da ANTT, em 07 de junho de 2023, analisou o recurso da Concessionária e, por meio da Deliberação nº 165/2023, manteve a decisão pela caducidade do contrato. A deliberação estabeleceu:

“Art. 1º Conhecer e negar provimento ao recurso administrativo da Concessionária K-Infra Rodovia do Aço, cujo objeto é o pedido de reconsideração da Deliberação nº 344, de 17 de novembro de 2022, que propôs à União a decretação da caducidade do Contrato de Concessão referente ao Edital nº 007/2007, da rodovia BR-393/RJ, sob responsabilidade da Concessionária K-Infra Rodovia do Aço S.A.

Art. 2º Determinar, com base no art. 13, § 3º, da Resolução 5.935, de 27 de abril de 2021, que a Comissão de Planejamento e Fiscalização do encerramento da concessão promova o cálculo definitivo de eventual indenização pelos investimentos vinculados a bens reversíveis não amortizados, descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pela concessionária, conforme metodologia prevista na Resolução nº 5.860, de 3 de dezembro de 2019, e o submeta à Diretoria Colegiada para homologação.

Art. 3º Informar à União o inteiro teor desta Deliberação, ratificando a proposição de decretação da caducidade do Contrato de Concessão Edital nº 007/2007 da rodovia BR-393/RJ, sob responsabilidade da Concessionária K-Infra Rodovia do Aço S.A.

Art. 4º Informar ao Tribunal de Contas da União (TCU) o inteiro teor desta Deliberação, de forma a contribuir para as discussões em processos em curso na Corte, em especial nos TCs 010.222/2019-7 e 017.812/2020-8.”

Em 13 de julho de 2023, por meio do Ofício SEI nº 18603/2023/DG-ANTT, a Diretoria Geral da ANTT informou e encaminhou ao Ministério dos Transportes a decisão sobre a caducidade. O ofício também mencionou a Deliberação nº 345, de 2022, que não atestou a viabilidade técnica e jurídica do pedido de relicitação da concessão.

“1. Cumprimentando-o cordialmente, trata-se da Deliberação nº 345, de 2022, (SEI 14386199) que não atestou a viabilidade técnica e jurídica do requerimento de relicitação da concessão da Rodovia BR-393/RJ; e da Deliberação nº 344, de 2022, (SEI 14386674) que propôs à União a decretação da caducidade do Contrato de Concessão Edital nº 007/2007, sob responsabilidade da Concessionária K-Infra Rodovia do Aço S.A.

2. Sobre o assunto, destaca-se que a concessionária protocolou, tempestivamente, junto à esta ANTT, Recursos Administrativos acerca das decisões exaradas, sendo deliberados pela Diretoria Colegiada na Reunião de Diretoria realizada no dia 7 de junho de 2023, que decidiu de forma definitiva sobre a impossibilidade da relicitação apresentada pela Concessionária K-Infra Rodovia do Aço S.A., bem como pela decretação da caducidade do Contrato de Concessão Edital nº 007/2007, conforme dispõe as Deliberações nos 159 de 2022 (SEI 17262024) e 165 de 2023 (SEI 17261060) publicadas no DOU de 12 de junho de 2023.”

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Por meio do Ofício SEI nº 19924/2023/DG-ANTT, a Diretoria Geral da ANTT comunicou a concessionária sobre a nova fase do processo. O caso passou a tramitar no Ministério dos Transportes sob o processo nº 50000.043197/2022-63 e, também, foi encaminhado ao Tribunal de Contas da União.

Em 01 de agosto de 2023, a SNTR encaminhou o Ofício nº 859/2023/SNTR ao Diretor-Geral do DNIT. O documento informou sobre a proposta de caducidade em avaliação no Ministério dos Transportes e solicitou que o DNIT se programasse para uma possível reversão dos bens cedidos.

Em 2 de outubro de 2023, a SNTR incluiu no processo 50000.043197/2022-63 a Nota Técnica nº 20/2023/CGCR/DOUT-SNTR/SNTR, avaliando a proposta de caducidade no âmbito da Secretaria.

No dia seguinte, 3 de outubro de 2023, a Secretária Nacional de Transporte Rodoviário encaminhou à Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes (MT) o Ofício nº 1223/2023/SNTR. O documento informava sobre a Nota Técnica e apresentava o posicionamento técnico da SNTR, que era favorável à proposta da ANTT.

Em 12 de março de 2024, a concessionária solicitou a suspensão temporária do processo de caducidade junto à Secretaria Executiva do MT, por meio da Carta DG 17.847/2024.

A SNTR, em 17 de abril de 2024, reiterou seu parecer favorável à caducidade, encaminhando o Ofício nº 630/2024/SNTR à Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes.

Em 3 de maio de 2024, a Secretaria Executiva enviou o processo de caducidade ao Gabinete do Ministro dos Transportes, utilizando o Despacho nº 1041/2024/SE.

No dia 5 de setembro de 2024, o Ministério dos Transportes encaminhou à Presidência da República a Exposição de Motivos nº 00008/2024/MT, recomendando a caducidade do contrato. Desde então, o processo está em análise na Casa Civil.

A partir desse momento, a concessionária passou a tratar o processo também na esfera judicial, ingressando com uma ação de Tutela Antecipada Antecedente na 4ª Vara Federal da SJDF, sob o número 1079600-33.2024.4.01.3400.

Tentativa de Readaptação e Otimização do Contrato

A Portaria nº 848, de 25 de agosto de 2023, publicada no dia 28 de agosto, estabeleceu a política e os procedimentos para a readaptação e otimização de contratos de concessão de infraestrutura rodoviária federal. Com base nela, a K-Infra teve a oportunidade de apresentar uma nova alternativa para o Contrato de Concessão da Rodovia do Aço.

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

O protocolo de requerimento de adesão à Portaria nº 848/2023 e a proposta de readaptação e otimização do contrato de concessão Edital nº 007/2007 deram início aos seguintes eventos:

- Em 20 de dezembro de 2023, a K-Infra Rodovia do Aço apresentou a proposta ao Ministério dos Transportes (MT), especificamente à Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário (SNTR), por meio da Carta DG 17.667/2023. Essa ação resultou na abertura do Processo SUPER-MT nº 50000.038200/2023-16.
- No dia seguinte, 21 de dezembro de 2023, foi emitida a Nota Técnica nº 39/2023/DOUT-SNTR/SNTR. Nela, a Diretoria de Outorgas Rodoviárias (DOUT) recomendou o encaminhamento da proposta à INFRA S.A. para avaliação preliminar. O objetivo era verificar: (i) o atendimento às premissas públicas do Art. 3º da Portaria nº 848/2023; (ii) a conformidade com a Política Nacional de Outorgas Rodoviárias, prevista na Portaria nº 995/2023; e (iii) a aderência da modelagem econômico-financeira aos parâmetros dos projetos de concessão em estruturação. Ao mesmo tempo, a DOUT encaminhou a nota técnica para avaliação jurídica da CONJUR.
- Em 26 de dezembro de 2023, a SNTR encaminhou a proposta de readaptação e a Nota Técnica nº 39/2023 à INFRA S.A., por meio do Ofício nº 1861/2023/SNTR, para a análise preliminar.
- Em 19 de fevereiro de 2024, a SNTR informou à Secretaria Executiva do MT sobre a suspensão da análise da proposta, utilizando o Ofício nº 359/2024/SNTR.
- Em 6 de setembro de 2024, a concessionária considerou que a análise do requerimento de otimização perdeu sua viabilidade junto à Secretaria. Essa conclusão foi feita após o processo de caducidade ter sido encaminhado à Presidência da República por meio da Exposição de Motivos nº 00008/2024/MT.
- Por fim, a Portaria nº 926 foi publicada em 30 de setembro de 2024, manifestando-se desfavoravelmente à admissibilidade do requerimento de readaptação e otimização do contrato.

Ação de Tutela Antecipada Antecedente e Desdobramentos

Após um longo período sem sucesso na busca por uma solução alternativa à caducidade, a concessionária recorreu à esfera judicial. Essa decisão foi motivada pelo envio da Exposição de Motivos nº 00008/2024/MT pelo Ministério dos Transportes (MT) à Presidência da República, em 5 de setembro de 2024, na qual a pasta recomendava a caducidade.

Em 7 de outubro de 2024, a concessionária ingressou com uma ação de Tutela Antecipada Antecedente na 4ª Vara Federal da SJDF, sob o número de processo 1079600-33.2024.4.01.3400. O pedido solicitava a suspensão do processo de caducidade e da Portaria nº 926/2024 até o julgamento final da demanda, além de requerer que o Ministério dos Transportes analisasse a alternativa de otimização em confronto com a caducidade.

A concessionária conseguiu a suspensão do processo de caducidade em 20 de outubro de 2024. A decisão, emitida por meio do agravo de instrumento nº 1034026-02.2024.4.01.0000, concedeu a tutela para "*suspender o processo de caducidade e a Portaria nº 926/2024 até o julgamento de mérito da demanda*".

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

No entanto, em 21 de maio de 2025, o julgamento do agravo de instrumento negou provimento ao recurso da concessionária. Essa decisão permitiu a retomada do processo de caducidade na Presidência da República, o que resultou na publicação do Decreto nº 12.479/2025, em 3 de junho de 2025, decretando a caducidade do contrato de concessão Edital nº 007/2007.

Atos Contraditórios e Ilegalidades Pós-Decreto nº 12.479

Após a publicação do Decreto nº 12.479, a concessionária K-Infra considera que a União, por meio do Ministério dos Transportes, ANTT e DNIT, praticou uma série de atos contraditórios e ilegais. Esses atos são objeto do Mandado de Segurança nº 77253/2025 no STF.

A cronologia dos eventos de junho de 2025 após o decreto de caducidade é a seguinte:

03 a 05 de junho de 2025: Notificações e Início de Procedimentos Abruptos

- 03/06/2025: O Decreto nº 12.479, que declarou a caducidade da concessão da K-Infra Rodovia do Aço S.A., foi publicado. No mesmo dia, a ANTT, por meio do Ofício SEI nº 20642/2025, informou a K-Infra sobre a criação de um Comitê de Transição e solicitou a indicação de representantes em apenas dois dias.
- 04/06/2025: A ANTT encaminhou a minuta do Plano de Transição e requisitou informações para o Termo de Arrolamento e Reversão de Bens (TARB), estipulando prazos curtos (5 e 10 dias, respectivamente) para as manifestações.
- 05/06/2025: Em um ato que a concessionária considerou contraditório, o Diretor-Geral da ANTT, pelo Ofício SEI nº 20989/2025, ordenou a cessação imediata das atividades da K-Infra. No mesmo dia, a ANTT solicitou, com urgência de 24 horas, documentos para o TARB, agendou uma vistoria conjunta e a K-Infra protocolou seus representantes para o Comitê de Transição. Diante da caducidade, a concessionária impetrou o Mandado de Segurança nº 77253/2025 no STF.

06 a 11 de junho de 2025: Ações e Reações da Concessionária

- 06/06/2025: A vistoria conjunta foi realizada, e a K-Infra solicitou que os prazos formais para a entrega de documentos fossem respeitados.
- 09/06/2025: A ANTT cancelou o Comitê de Transição e, horas depois, pediu a assinatura imediata do TARB. Em resposta, a concessionária requisitou a continuidade da operação até a apuração do valor indenizatório, citando a Lei nº 8.987/1995.
- 10/06/2025: ANTT e DNIT, com apoio da PRF, assumiram o trecho rodoviário.

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

- 11/06/2025: A K-Infra formalizou sua posição, solicitando o restabelecimento do prazo de transição de 90 dias, a observância do rito normativo para a assinatura do TARB e a realização dos procedimentos previstos na Resolução nº 5.926/2021.

Mandado de Segurança e a Decisão do STF

Em 5 de junho de 2025, após a publicação do Decreto nº 12.479/2025, a concessionária impetrou o Mandado de Segurança nº 77253/2025 no Supremo Tribunal Federal (STF). A ação questiona o decreto por um vício processual: a apuração de haveres e deveres não foi realizada antes da caducidade, contrariando a Lei nº 8.987/1995. O objetivo é, no mínimo, obter uma medida liminar que suspenda os efeitos do decreto até que a indenização devida seja calculada por um verificador independente, com garantia de contraditório e ampla defesa.

Em 2 de julho de 2025, o Ministro Gilmar Mendes, relator do Mandado de Segurança nº 40.336, concedeu uma medida cautelar. Ele reconheceu que os cálculos indenizatórios não foram feitos durante o processo administrativo de caducidade e, portanto, determinou que fossem concluídos antes da extinção do contrato e da finalização da transição operacional.

O Ministro assegurou à concessionária a exploração da rodovia concedida até que a transição fosse concluída, rejeitando a suspensão imediata dos serviços. Ele destacou que a suspensão abrupta impediria a correta mensuração dos ativos reversíveis e comprometeria o direito de defesa da concessionária e a recomposição de seus investimentos.

A decisão do Ministro Gilmar Mendes foi enfática ao reconhecer o risco de dano causado pelo afastamento imediato da concessionária da administração da BR-393/RJ. Ele apontou a possibilidade de deterioração dos bens reversíveis, o que inviabilizaria sua avaliação para o cálculo de reparação.

Com base nessas determinações, a concessionária informou ao Ministério dos Transportes, ao DNIT e à ANTT sobre a retomada da operação da rodovia a partir das 12h do dia 4 de julho de 2025.

No entanto, a partir de 9 de julho de 2025, a concessionária foi forçada a suspender suas operações novamente. Essa paralisação foi resultado de uma divergência de interpretação da medida cautelar: o Ministério dos Transportes e o DNIT ordenaram a interrupção dos serviços. A decisão foi comunicada à K-Infra em uma reunião no mesmo dia, resultando na paralisação dos serviços por volta das 13h.

Atualmente, o impasse aguarda resolução final com o referendo do plenário do STF. O julgamento virtual da medida cautelar está agendado para ocorrer entre 15 de agosto de 2025, às 11h, e 22 de agosto de 2025, às 23h59.

Em suma, a continuidade do processo está condicionada ao julgamento da medida cautelar pelo plenário do STF, que irá decidir se referenda a determinação do Ministro Gilmar

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Mendes. Essa decisão é crucial para estabelecer a segurança jurídica e orientar os próximos passos no encerramento do contrato.

2. Base de elaboração, apresentação das demonstrações contábeis

As informações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e com a norma internacional IAS 1 - "Presentation of financial Statements", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Demonstrações Contábeis.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações contábeis intermediárias foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de agosto de 2025.

a. Moedas funcionais e moeda de apresentação

A moeda funcional e moeda de apresentação da Companhia é o real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação.

2.1 Novas práticas contábeis

Os principais normativos emitidos pelo IASB que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2024, mas que não possuem efeitos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Lease Liability in a Sale and Leaseback - Amendments to IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 Arrendamentos): Adiciona requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos do IFRS 15 para ser contabilizada como venda - e retroarrendamento (Sale and Leaseback) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.
- Classification of Liabilities as Current or Non-current /Non-current Liabilities with Covenants- Amendments to IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis): As emendas estabelecem que o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte.

Entre outras orientações, as emendas determinam que a classificação de um passivo não é afetada pela probabilidade de exercício do direito de diferir a liquidação do

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

passivo. Adicionalmente, segundo as emendas, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.

Divulgações adicionais também são requeridas pelas emendas, incluindo informações sobre passivos não circulantes com cláusulas restritivas covenants

O principal normativo emitido pelo IASB que entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025, mas que não possuem efeito material nas demonstrações financeiras da Companhia:

- **Lack of Exchangeability - Amendments to IAS 21:** As emendas estabelecem que quando uma moeda não for permutável por outra na data da mensuração, a taxa de câmbio à vista deve ser estimada. Adicionalmente, as emendas orientam sobre como avaliar a permutabilidade entre moedas e como determinar a taxa de câmbio à vista quando da ausência da permutabilidade.
- Quando a taxa de câmbio à vista for estimada porque uma moeda não é permutável por outra moeda, devem ser divulgadas informações que permitam entender como a moeda não permutável por outra moeda afeta, ou se espera que afete, a demonstração do resultado, o balanço patrimonial e a demonstração dos fluxos de caixa.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3. Políticas contábeis materiais**3.1 Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pela Interpretação Técnica ICPC01 (R1) – Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Receitas acessórias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na demonstração de resultado da Companhia.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.2. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**a) Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando elas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados a sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica “Receitas financeiras” (Vide Nota Explicativa nº 23).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

c) Provisão gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Custos de empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.4. Clientes e operações a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa (se houver) é constituída com base na avaliação de clientes com parcelas em atrasos e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

3.5. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido de realizável, dos dois o menor e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso. São compostos por materiais destinados à manutenção da rodovia.

3.6 Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

3.7 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há, nas datas do balanço, ativos intangíveis internamente ou adquirido

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

em uma combinação de negócios. Os ativos relacionados a concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado.

Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues (vendas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários. O critério definido para amortização é com base na estimativa do fluxo de veículos, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo fluxo de veículos.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.8 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros são gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia, para uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.9 Tributação***Imposto de renda e contribuição social***

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Alíquotas
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	3,00%
PIS – Programa de Integração Social	0,65%
ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	5,00%

*Esses encargos são apresentados como deduções da receita bruta.***3.10 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008 que aprovou o Pronunciamento Contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

3.11 Provisões*Geral*

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para manutenção dos ativos de concessão

Pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, a partir da data de transição para a adoção da ICPC 01 (R1), é registrada provisão, com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção e recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade prevista no contrato de concessão. O passivo é, progressivamente, registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, observados os dispositivos do Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.12 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**Julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro.

4. Contrato de concessão

A K-Infra Rodovia do Aço S.A tem como missão consolidar um novo conceito de infraestrutura, operação e prestação de serviços em rodovias, orientado para o pleno atendimento dos usuários e que contribua ativamente para o bem-estar social e o desenvolvimento sustentável.

Em referência ao Contrato de Concessão, através do Edital nº 007/2007, firma sobre a Concessão da Exploração da Rodovia: BR-393/RJ, no trecho Divisa de Minas Gerais e Rio de Janeiro, entrada BR 116 (Dutra), em seu Capítulo II sobre o Objeto, Prazo, Objetivo e Metas.

Este contrato tem por objeto a concessão para exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração, conforme apresentado no Programa de Exploração da Rodovia – PER, mediante pedágio, do Lote Rodoviário constituído por:

LOTE	RODOVIA	TRECHO	EXTENSÃO
03	BR-393/RJ	DIV.MG/RJ – ENTR. BR 116 (DUTRA)	200,40 KM

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

O prazo da Concessão é de vinte e cinco anos.

A contagem dos prazos da concessão se inicia a partir da data de publicação do extrato deste contrato de concessão no D.O.U.

4.1. Compromissos

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos. O contrato de concessão estabelece metas que deverão ser atingidas no prazo da concessão e o volume de recursos que a Companhia deve investir durante este período.

Compromissos	31/12/2024
Recuperação/Manutenção da Rodovia	303.657
Melhoramentos da Rodovia	825.895
	1.129.552

A Companhia possui obrigações de investimentos em obras de ampliação cujos prazos de execução expiraram, devido principalmente aos morosos processos de licenciamento ambiental e de desapropriações, porém estão em fase de reprogramação com o Poder Concedente, onde, até a presente data, a ANTT não se manifestou sobre autorização ou não da reprogramação das obras. Diante do contrato existente e, conseqüentemente, suas cláusulas, não há necessidade nesse momento de reprogramação de reconhecer encargos. As principais obras são:

- Obras das Variantes da BR-393 em Anta, Sapucaia e Jamapará
- Obras de Duplicação BR-393: km 255+600- km 283+000 (Sapucaia)
- Obras de Duplicação BR-393: km 178+000- km 182+400 (Paraíba do Sul)
- Obras de Ampliação de Capacidade: Ponto Azul e Trevo das Garças (Três Rios)

Os investimentos a serem realizados deverão estar suportados por captação de recursos do acionista junto ao mercado financeiro ou aportes de capital próprio, os quais estão sendo tratados no âmbito do Conselho de Administração da Companhia.

A Administração da Companhia e o Conselho de Administração buscam solução financeira que possibilite a execução do investimento, ou aportes por parte de Acionista.

4.2. Decorrente da verba de fiscalização

A Companhia assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento a título de verba de fiscalização para a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) no montante de R\$ 28.059. O valor será corrigido com o mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio. No ano de 2024 foram pagos R\$ 3.395 (R\$ 3.470 no mesmo período em 2023).

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2025	31/12/2024
<i>Caixa e equivalentes de caixa</i>	1.756	1.098
<i>Aplicações financeiras</i>	-	-
	1.756	1.098

As aplicações financeiras representam valores aplicados a curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 95% e 98,35% do Certificado de depósito interbancário – CDI com liquidez diária. O seu valor contábil corresponde ao valor de mercado, em função do prazo.

6. Clientes e operações a receber

Os valores a receber das empresas de serviços de pagamentos automáticos de pedágios e administradoras de cartões pós e pré-pagos são assim representados:

	30/06/2025	31/12/2024
<i>Pedágio eletrônico</i>	3.600	7.980
<i>Vale pedágio</i>	0	145
<i>Cartão Crédito/Débito</i>	51	61
<i>Receitas Extraordinárias</i>	81	72
<i>Outros</i>	0	2
	3.733	8.260

O valor das perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro. No 4º trimestre de 2024 foi avaliado a não necessidade de reconhecimento de perdas de liquidação duvidosa. A queda nos valores a receber reflete a paralisação operacional ocorrida em junho de 2025, que reduziu significativamente nosso índice de arrecadação.

O prazo médio de recebimento é de 30 dias.

	30/06/2025	31/12/2024
<i>A vencer</i>	3.733	8260
	3.733	8.260

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

7. Estoques

	30/06/2024	31/12/2024
<i>Materiais e Insumos</i>	1.475	1.522
<i>EPI</i>	187	191
<i>Outros estoques</i>	266	276
	1.928	1.989

8. Despesas antecipadas

Curto Prazo	30/06/2025	31/12/2024
<i>Prêmios de seguros a apropriar</i>	10.980	7.975
<i>Outras despesas pagas antecipadamente</i>	281	306
	11.261	8.281

Longo Prazo	30/06/2025	31/12/2024
<i>Despesas Antecipadas e Outros Créditos</i>	23	35
	23	35

O elevado custo com Prêmios de seguros, é decorrente da contratação de novas apólices e endossos, em especial seguros de garantia judicial, devido os processos ajuizados em curso.

9. Impostos a recuperar

	30/06/2025	31/12/2024
<i>Impostos e contribuições a recuperar</i>	609	609
<i>IRRF s/aplicações Financeiras</i>	2.413	2.392
	3.022	3.001

10. Depósitos judiciais e Provisão para contingências

A Companhia está envolvida em algumas questões trabalhistas e cíveis, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, considera que as provisões para contingências são suficientes para cobrir perdas prováveis, como demonstradas abaixo:

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	31/12/2024	Adições	Baixas	30/06/2025
ATIVO				
<i>Depósitos judiciais</i>	8.482	14.571	(1.226)	21.827
PASSIVO				
<i>Processos trabalhistas</i>	190	639	(30)	799
<i>Processos cíveis</i>	5.838	177	(143)	5.872
<i>Outras provisões</i>	465.825	841	(853)	465.813
Provisão contingências	471.853	1.657	(1.026)	472.484

Em 30 de Junho de 2025, a Companhia mantinha, ainda, em andamento outros processos, cuja materialização, na avaliação dos consultores legais, é classificada como perdas possíveis, para os quais a Administração da Companhia, entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda. Estas perdas possíveis são estimadas em R\$ 25.302 e compreendem os processos cíveis, trabalhistas, tributários (terceirizados e internos).

Além das provisões pertinentes aos processos cíveis, trabalhistas e tributários, é imperativo contemplar as provisões relacionadas aos processos de execução fiscal instaurados junto ao Poder Concedente. Tais provisões fundamentam-se na judicialização de débitos inscritos, especialmente aqueles decorrentes de multas originadas de autos de infração iniciados no exercício de 2021.

Destaca-se que o número elevado de ações judiciais de execução fiscal, tem aumentado de forma consistente, refletindo diretamente na necessidade de elevação dos valores provisionados. Esse fenômeno está intrinsecamente ligado ao reconhecimento de perdas prováveis, o que gerou a imperiosa necessidade de contratação de novas apólices de seguro, visando à mitigação do risco ampliado de perdas.

Outrossim, é pertinente mencionar que, para além das clássicas formas de penhoras, diversas modalidades de penhora têm sido adotadas, incluindo a penhora online, a penhora sobre faturamento, penhora de créditos oriundos de cartões de crédito, penhora de bens móveis e a penhora na modalidade AMAP. Esta última, em particular, exerce um impacto significativo na receita desta Concessionária, exigindo atenção especial na gestão das provisões e na mitigação dos riscos associados.

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

11. Imobilizado

Custo	<i>Máquinas e Equipamentos</i>	<i>Computadores e Periféricos</i>	<i>Móveis e Utensílios</i>	<i>Veículos</i>	<i>Direito de Uso CPC 06 - R2</i>	<i>Outros Imobilizados</i>	Total
Saldo em 31/12/2024	2.951	1.089	343	3.795	833	10.876	19.887
Aquisições	32	5	11	-	-	154	202
Baixas	(177)	(188)	(16)	(33)	-	(47)	(461)
Ajustes Inventário (Laudos)	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2025	2.806	906	338	3.762	833	10.983	19.628
Depreciação	10%	20%	10%	20%	-	10%	
Saldos em 31/12/2024	(1.595)	(568)	(312)	(3.146)	(432)	(4.304)	(10.357)
Depreciação	(129)	(88)	(5)	(122)	(27)	(283)	(653)
Baixas	51	131	15	33	-	7	237
Ajustes Inventário (Laudos)	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2025	(1.673)	(525)	(302)	(3.235)	(459)	(4.580)	(10.773)
Valor residual líquido							
Saldo em 31/12/2024	1.356	521	31	649	401	6.572	9.530
Saldo em 30/06/2025	1.133	381	36	527	374	6.403	8.855

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item do imobilizado é baixado ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício.

A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado.

Em 30 de junho de 2025 e em 31 de dezembro 2024, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de empréstimos ou de qualquer natureza.

A administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas da vida útil econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no período encerrado em 30 de junho de 2025.

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

12. Intangível

Custo	Recuperação da Rodovia	Operação da Rodovia	Ampliação capacidade	Intangível em curso/andamento	Outros Ativos	Total
Saldo em 31/12/2024	299.930	78.487	173.308	30.481	2.231	584.436
Aquisições	-	97	-	2.722	115	2.934
Baixas	-	(127)	-	(1.578)	-	(1.705)
Saldo em 30/06/2025	299.930	78.456	173.308	31.624	2.346	585.665
Amortização						
Saldo em 31/12/2024	(141.805)	(37.714)	(84.042)	-	(909)	(264.470)
Amortização	(8.307)	(2.112)	(4.564)	-	(71)	(15.054)
Baixas	-	65	-	-	-	65
Saldo em 30/06/2025	(150.112)	(39.761)	(88.606)	-	(980)	(279.460)
Valor residual líquido						
Saldo em 31/12/2024	158.125	40.772	89.266	30.481	1.322	319.966
Saldo em 30/06/2025	149.818	38.695	84.702	31.624	1.366	306.205

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valores recuperáveis.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão. As taxas variam de acordo com o ano de início da utilização do bem, para que no final da concessão esteja 100% depreciado.

A taxa de amortização utilizada em 2024, nos meses de janeiro e fevereiro foi de 8,46%. A taxa é atualizada anualmente. No mês de junho de 2025 passou a ser de 10,98%.

13. Fornecedores

	30/06/2025	31/12/2024
<i>Fornecedores Nacionais</i>	2.360	2.114
<i>Prestadores de Serviços</i>	15.975	13.678
<i>Outros</i>	330	259
	18.665	16.051

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

14. Empréstimos e financiamentos

	30/06/2025	31/12/2024
<i>Itaú Unibanco Holding S.A</i>	1.225	-
<i>Financiamentos</i>	31	92
<i>CDB - Cédula de Crédito Bancário CEF</i>	212	403
<i>Conta Garantia - CEF</i>	700	
	2.168	495
Passivo Circulante	2.168	495
Passivo Não Circulante	-	-

Segue abaixo a movimentação da rubrica de empréstimos e financiamentos em 30 de Junho de 2025:

	<i>Circulante</i>	<i>Não circulante</i>	<i>Total</i>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	815	507	1.322
<i>Liberações</i>	-	-	-
<i>Transferência longo x curto prazo</i>	507	(507)	-
<i>Pagamento do principal</i>	(897)	-	(897)
<i>Pagamento de Encargos</i>	70	-	70
<i>Custo de Capitação</i>	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	495	-	495
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	495	-	495
<i>Transferência longo x curto prazo</i>	-	-	-
<i>Pagamento do principal</i>	(310)	-	(310)
<i>Custos e encargos</i>	1.983	-	1.983
Saldo em 30 de Junho de 2025	2.168	-	2.168

- Banco Itaú Unibanco S.A.**

A Companhia possui os seguintes contratos de empréstimo com a instituição financeira:

- Financiamento de veículo no montante principal de R\$ 225 a ser liquidado em 24 parcelas de R\$ 11, com vencimento da primeira parcela para outubro de 2023 e parcela final em setembro de 2025. Operação com aval dos Acionistas.

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

• Caixa Econômica Federal

A Companhia possui os seguintes contratos de empréstimo com a instituição financeira:

- I. Valor referente a empréstimo para capital de giro no valor de R\$ 875, a ser liquidado em 30 parcelas de R\$ 37 a partir de julho de 2023 e carência de juros de R\$ 15 que começaram a ser liquidados a partir de janeiro de 2023. Operação com aval dos Acionistas.

15. Salários e encargos sociais

	30/06/2025	31/12/2024
<i>Férias e 13º salário a pagar</i>	2.506	2.458
<i>Encargos Sociais e outros</i>	4.290	2.908
<i>Salários e Gratificações a pagar</i>	84	7
	6.880	5.373

16. Impostos a recolher

	30/06/2025	31/12/2024
<i>ISS a recolher</i>	7.837	5.400
<i>COFINS a recolher</i>	7.293	5.812
<i>PIS a recolher</i>	1.596	1.276
<i>INSS a recolher</i>	2.711	2.725
<i>Outras obrigações (a)</i>	3.791	3.968
<i>Despesas Financeiras Parcelamentos Fiscais (b)</i>	2.684	1.419
	25.912	20.599
Passivo Circulante	18.266	12.930
Passivo não Circulante	7.646	7.669
	25.912	20.599

(a) IR e PCC de terceiros, bem como os parcelamentos fiscais vigentes.

(b) Provisão para encargos moratórios fiscais sobre impostos em atraso.

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

17. Outros passivos

Circulante	30/06/2025	31/12/2024
<i>Seguros a pagar</i>	16.023	10.668
<i>KT2 Asses.Cons. Gestão de Neg. Part. LTDA (a)</i>	884	4.614
<i>Outras contas a pagar</i>	1.000	922
	17.907	16.204
Não Circulante		
<i>Acciona Construcccion S.A</i>	67	-
	67	-

(a) A empresa mantém operações com partes relacionadas, K-Infra Concessões e Participações LTDA. (Antiga KT2 Assessoria e Consultoria em Gestão de Negócios e Participações Ltda.)

18. Provisão de manutenção dos ativos

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada nas demonstrações do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para manutenção dos ativos de concessão

Pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, a partir da data de transição para a adoção do ICPC 01 (R1), é registrada provisão, com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção e recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade prevista no contrato de concessão. O passivo é, progressivamente, registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, observados os dispositivos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

	30/06/2025	31/12/2024
<i>Saldo anterior</i>	6.831	11.171
<i>Adições</i>	68	403
<i>Baixas</i>	(1.309)	(4.743)
	5.590	6.831

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

19. Patrimônio líquido**a) Capital social**

O Capital Social em 31 de junho de 2025 no montante de R\$ 438.327 (Quatrocentos e trinta e oito mil, trezentos e vinte e sete) está representado por 438.327 (Quatrocentos e trinta e oito mil e trezentos e vinte e sete) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de subscrição de R\$1,00 (um real) por ação, totalmente integralizado em moeda corrente do país.

	30/06/2025	31/12/2024
<i>K-Infra Concessões e Participações LTDA</i>	438.327	438.327
	438.327	438.327

b) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. No ano analisado a Companhia opera com prejuízo, por este fato não houve distribuição de dividendos.

c) Reserva legal

Constituída na proporção de 5% do lucro do exercício, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social.

20. Receita operacional líquida

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	30/06/2025	30/06/2024
<i>Arrecadação de Pedágio</i>	49.276	52.309
<i>Receitas Extraordinárias</i>	62	12
<i>(-) Impostos incidentes s/ vendas</i>	(4.277)	(4.526)
Receita Líquida de Vendas	45.061	47.795
	-	-

(a) *Receitas com a exploração da faixa de domínio.*

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

21. Custos dos serviços prestados

	30/06/2025	30/06/2024
<i>Conservação de Rodovias</i>	(8.392)	(8.492)
<i>Custo de Construção - Ativos de Concessão</i>	-	-
<i>Operação de Rodovias</i>	(20.750)	(21.783)
<i>Monitoramento</i>	-	(342)
<i>Amortização</i>	(15.034)	(15.070)
	(44.176)	(45.687)

22. Despesas operacionais

Pessoal	30/06/2025	30/06/2024
<i>Ordenados e salários</i>	(883)	(1.184)
<i>Custos com benefícios encargos sociais</i>	(1.079)	(1.218)
	(1.962)	(2.402)
Operacional	30/06/2025	30/06/2024
<i>Material, equipamentos e veículos</i>	(566)	(1.160)
<i>Outros tributos e contribuições</i>	(81)	(23)
<i>Provisões e Contingências</i>	(1.540)	(7.585)
<i>Despesas gerais</i>	(9.387)	(11.434)
<i>Amortização</i>	(652)	(632)
<i>Outros ganhos (perdas) líquidos (a)</i>	(242)	236
	(12.468)	(20.598)

As despesas com Pessoal e Encargos, registraram uma redução de 18,32%, no exercício em 30 de junho de 2025 quando comparado ao mesmo período no exercício de 2024.

As despesas operacionais também registram uma queda correspondente a 39,48% em relação ao mesmo exercício de 2024.

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

23. Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro líquido está assim composto:

Receitas Financeiras	30/06/2025	30/06/2024
<i>Rendimento s/aplicações financeiras</i>	37	1.312
<i>Outras receitas</i>	21	37
	58	1.348
Despesas financeiras		
<i>Juros/Multas Financiamentos e Parcelamentos</i>	(727)	(3.112)
<i>Juros s/ provisão de manutenção de ativos</i>	(4)	(19)
Despesas Financeiras	(731)	(3.131)
Resultado Financeiro	(673)	(1.783)

24. Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social (IRPJ e CSLL)Conciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o resultado

	30/06/2025	30/06/2024
Prejuízo antes dos impostos e contribuições	(14.219)	(22.674)
<i>Alíquota vigente</i>	34%	34%
Expectativa de IR e CS sobre Créditos Fiscais não utilizados	-	-
Efeito tributário sobre as principais adições (exclusões):		
<i>Diferenças temporárias, líquidas no exercício</i>	7.101	2.782
<i>Diferenças permanentes, líquidas no exercício</i>	1.118	984
Expectativa de IR e CS sobre Diferenças Temporárias	2.414	946

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Passivo não circulante	30/06/2025	30/06/2024
<i>Imposto de renda diferido</i>	5.702	4.936
<i>Contribuição social diferida</i>	2.980	2.705
	8.682	7.641

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Diferenças Temporárias**Diferenças temporárias Passivas**

<i>Amortização IFRS e Contábil</i>	8.682	7.641
Total	8.682	7.641

Após revisão das projeções do tráfego e perspectivas de reajuste da tarifa de pedágio, agravado pelo indeferimento do processo de Relicitação do contrato de concessão e manutenção do processo de caducidade por parte do poder concedente (ANTT), e em atendimento ao CPC 32, item 36, que dispõe que “na medida em que não for provável que estará disponível lucro tributável contra o qual prejuízos fiscais ou créditos fiscais não utilizados sejam utilizados, o ativo fiscal diferido não deve ser reconhecido”. Diante desta determinação, em 2023, a Companhia revisou suas estimativas, e decidiu pela reversão do ativo contabilizado. Com a possibilidade de otimização do contrato que está sendo negociado junto aos órgãos competentes, a Administração estima que poderá haver uma melhoria no cenário atual.

A Companhia possui saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, substancialmente referentes a diferenças temporárias de amortizações fiscal/contábil. Ressalta-se que o imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Em 30 de Junho de 2025, o valor registrado no passivo não circulante era de R\$ 8.682.

25. Prejuízo por ação

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos prejuízos básicos e diluído por ação:

	30/06/2025	30/06/2024
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	(14.785)	(22.674)
<i>Média ponderada da quantidade de ações em circulação</i>	438.327	438.327
	Ordinárias	Ordinárias
Lucro (Prejuízo) por ação	(0,0337)	(0,0517)

Notas Explicativas

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

26. Partes relacionadas

Não existem transações com partes relacionadas pessoa física.

Não existem pagamentos com base em ações da Companhia.

No ano de 2025, a Companhia não houve faturamento em favor da K-INFRA Concessões e Participações Ltda.

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos, eleitos para mandatos de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. Até 30 de junho de 2025 as despesas com a diretoria totalizaram R\$ 480.

A Companhia mantém os seguintes benefícios de curto prazo a empregados e administradores: assistência médica, odontológica, seguro de vida, vale-refeição, vale-transporte e vale-alimentação.

Não é política da Companhia conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

27. Seguros

A Companhia contrata seguros de riscos operacional/patrimonial, de engenharia, garantia e responsabilidade civil, sendo a cobertura contratada, como indicado a seguir, considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Seguros					
Apólice	Descrição	Vigência		Limite Máximo de Cobertura	
015712024000107757002962 - ENSEG	Garantia 4	28/04/2023	a	28/04/2025	5.603.850,19
549520240054077	Garantia 4	18/03/2024	a	17/03/2025	68.870.966,55
3001151004658	Civil	30/04/2024	a	30/04/2025	20.000.000,00
1696001042028	Operacional	30/05/2024	a	30/05/2025	100.000.000,00
015712021000107757000847	Garantia Judicial Endosso	30/11/2023	a	26/11/2026	2.419.517,10
015712021000107757000843	Garantia Judicial Endosso	30/11/2023	a	26/11/2026	3.491.017,53
015712021000107757000845	Garantia Judicial Endosso	30/11/2023	a	13/12/2026	3.110.807,70
015712021000107757000846	Garantia Judicial Endosso	30/11/2023	a	26/11/2026	2.094.520,74
015712021000107757000842	Garantia Judicial Endosso	30/11/2023	a	26/11/2026	3.846.015,76
015712021000107757000860	Garantia Judicial Endosso	31/12/2023	a	08/12/2026	1.784.239,49
015712021000107757000966	Garantia Judicial Endosso	31/03/2023	a	03/03/2027	1.966.911,01
015712021000107757000967	Garantia Judicial Endosso	31/03/2023	a	31/03/2027	4.809.560,11
015712021000107757000968	Garantia Judicial Endosso	31/03/2023	a	31/03/2027	1.222.769,52
015712021000107757000969	Garantia Judicial Endosso	31/03/2023	a	31/03/2027	1.921.494,96
015712022000107757000990	Garantia Judicial Endosso	28/04/2023	a	14/04/2027	1.421.739,68
015712022000107757001139	Garantia Judicial Endosso	31/07/2023	a	19/07/2027	4.202.471,96
015712022000107757001101	Garantia Judicial Endosso	31/08/2023	a	30/06/2027	1.429.482,60
015712022000107757001196	Garantia Judicial Endosso	31/08/2023	a	12/08/2027	861.537,60
015712022000107757001274	Garantia Judicial Endosso	21/09/2022	a	21/09/2027	872.533,20
015712023000107757001405	Garantia Judicial Endosso	15/02/2023	a	26/11/2026	3.401.763,75
015712023000107757001418	Garantia Judicial Endosso	31/07/2023	a	19/07/2027	13.477.214,92
015712023000107757001411	Garantia Judicial Endosso	31/07/2023	a	19/07/2027	4.040.872,62
3007700000056 (8426476000094-5)	Seguro Prestamista	06/03/2023	a	06/03/2026	60.000,00

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

28. Instrumentos Financeiros

Em 30 de Junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial, tais como disponibilidades, contas a receber e empréstimos e financiamentos, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado. A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros em proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxa de juros.

	30/06/2025			31/12/2024		
	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo	Total	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo	Total
Ativos						
<i>Caixa e equivalentes de caixa</i>	1.756	-	1.756	1.098	-	1.098
<i>Clientes e operações a receber</i>	3.733	-	3.733	8.260	-	8.260
<i>Impostos a recuperar</i>	3.022	-	3.022	3.001	-	3.001
<i>Adiantamentos</i>	961	-	961	897	-	897
<i>Aplicações financeiras vinculadas</i>	-	-	-	-	-	-
	<u>9.473</u>	<u>-</u>	<u>9.473</u>	<u>13.256</u>	<u>-</u>	<u>13.256</u>

	30/06/2025	31/12/2024
	Passivos ao custo amortizado	Outros passivos financeiros
Passivos		
<i>Fornecedores</i>	18.665	16.051
<i>Empréstimos e financiamentos</i>	2.168	495
<i>Arrendamento mercantil</i>	287	303
<i>IR e CS diferidos</i>	8.682	8.116
<i>Outros passivos</i>	17.974	16.204
	<u>47.776</u>	<u>41.169</u>

29. Objetivos e Políticas para Gestão de Risco Financeiro

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de junho de 2025, e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Companhia não mantém qualquer tipo de Instrumentos financeiros derivativos.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

- Aplicações Financeiras ativo circulante – são classificadas como equivalentes de caixa mensurados pelo custo amortizado.
- Empréstimos, Financiamentos – são classificados como mensurados pelo custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, acrescidos dos juros auferidos até a data do balanço. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Atualmente a Companhia está exposta a riscos de mercado, riscos de crédito e de liquidez.

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

O Conselho de Administração é responsável por supervisionar a gestão destes riscos, foi cientificado pela Administração da Companhia e está em busca de solução financeira.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser relativo às tarifas de ações. A Companhia não tem ações negociadas em mercado. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 30 de junho de 2025. As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida são todos eles valores constantes em 30 de junho de 2025.

As seguintes premissas foram adotadas no cálculo das análises de sensibilidade:

- A sensibilidade do respectivo item das demonstrações do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos até 30 de junho de 2025.
- Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das aplicações financeiras e nos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data base de 30 de junho de 2025 foram definidos 05 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2025 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente.
- Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos e/ou resgates de aplicações.
- As informações sobre os indexadores utilizado no cálculo do cenário provável foram obtidas do CETIP e Banco Central, em 30 de junho de 2025.

Risco de taxas de juros

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado. A análise de sensibilidade para estes instrumentos financeiros está abaixo indicada:

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Aplicações Financeiras

	Queda de 25%	Queda de 50%	Base Case	Aumento de 25%	Aumento de 50%
<u>Indexador</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário Provável</u>	<u>Cenário III</u>	<u>Cenário IV</u>
CDI - %	9,12%	6,08%	12,16%	15,20%	18,24%

Projeção das Receitas Financeiras - 2024

Taxa de Remuneração	Saldo em 30/06/2025	Queda de 25%	Queda de 50%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
100% do CDI	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-

Empréstimos e Financiamentos

	Queda de 25%	Queda de 50%	Base Case	Aumento de 25%	Aumento de 50%
<u>Indexador</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário Provável</u>	<u>Cenário III</u>	<u>Cenário IV</u>
CDI - %	9,12%	6,08%	12,16%	15,20%	18,24%
8,96% a.a	N/A	N/A	2,58%	N/A	N/A
CEF	6,72%	4,48%	8,96%	11,20%	13,44%

Projeção das Despesas Financeiras - 2024

Taxa de Juros	Principal em 30/06/2025	Queda de 25%	Queda de 50%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Taxa de Juros CEF	2.168	202	153	250	299	347
	2.168	202	153	250	299	347

Estas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

30. Aspectos Ambientais e Sustentabilidade

A Companhia considera que suas instalações e atividades exercem um impacto potencialmente positivo sobre o desenvolvimento ambiental e entende ser um setor fundamental da infraestrutura para o desenvolvimento sustentável na região. Portanto tem essa vocação em consonância com sua missão e visão, contribuindo para a construção de uma sociedade sustentável. Para isso estabelece conceitos, diretrizes, e o compromisso, desenvolvendo e disseminando o conhecimento e as práticas da sustentabilidade por toda

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.**Notas Explicativas****Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis
Em 30 de Junho de 2025 e 30 de junho de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

empresa, clientes, fornecedores e demais partes relacionadas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida no atual cenário, baseada nas leis e regulamentos em vigor.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Administradores e Acionistas da
K-Infra Rodovia do Aço S.A.
Vassouras - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da K-Infra Rodovia do Aço S.A. ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações contábeis de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – demonstração intermediária assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Através do Decreto 12.479 de 3 de junho de 2025, o Governo Federal declarou a caducidade da concessão de titularidade da Concessionária K-Infra Rodovia do Aço S.A. por descumprimento de cláusulas contratuais e disposições legais, nos termos do disposto no art. 38, § 1º, inciso II, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Com isso, a gestão da Rodovia voltou ao Poder Público por meio do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) até que uma nova concessionária assuma o ativo. A K-Infra recorreu desta decisão e aguarda o julgamento pelo Superior Tribunal Federal. Até o término de nossos trabalhos não nos foi possível concluir sobre os efeitos que este fato trará sobre as operações da Companhia, seu fluxo de caixa e nem sobre a realização do ativo intangível da concessão registrado no seu balanço patrimonial na data de 30 de junho de 2025 na rubrica ativo intangível pelo montante de R\$306 milhões. Adicionalmente, essa caducidade, se mantida, implica de acordo com o contrato de concessão, em uma indenização para a Companhia, considerando todos os ativos e passivos relacionados ao contrato, o qual ainda não foi calculada.

Conclusão

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos mencionados na seção "Base para Conclusão com Ressalva", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais (ITR), compreendendo a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações para o período de três e seis meses findo naquela data e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data não foram elaboradas em todos os aspectos relevantes de acordo com o CPC 21 (R1), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 e a atualização pelos fatos ocorridos até então, onde o Governo Federal declarou a caducidade do Contrato de Concessão, bem como o recurso impetrado pela Companhia junto ao Superior Tribunal Federal para que essa caducidade seja revista por entender que existem falhas no seu processo de execução. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Adicionalmente, chamamos a atenção de que a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo, prejuízos acumulados recorrentes, o que pode indicar juntamente com o descrito no parágrafo anterior incerteza relevante sobre a sua capacidade de continuar operando.

Outros assuntos

Revisamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025,

preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR). Essas informações contábeis foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos mencionados na seção "Base para Conclusão com Ressalva", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as informações contábeis intermediárias para o período de três e seis meses findo em 30 de junho de 2024, apresentados para fins de comparação, foram auditados e revisados, respectivamente, por outro auditor independente que emitiu opinião de auditoria contendo assuntos relacionados ao descrito no item ênfase deste relatório e relatório de revisão sem observações.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2025

TATICCA Auditores Independentes SS
CRC 2 SP- 03.22.67/O-1

Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRC 1SC020036/O-8-T-S

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO
EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 30/06/2025**

Os diretores da K-Infra Rodovia do Aço S.A., tendo em vista o disposto no art. 25, parágrafo 1º, incisos V e VI da Instrução CVM n.º 480/09 declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 30/06/2025 e que (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes relativas às mencionadas demonstrações financeiras.

Vassouras, 14 de Agosto de 2025.

Sergio Eduardo Campos
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

Valquiria Macedo de Souza
Contador

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

**DECLARAÇÃO REFERENTE AO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE NO
EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 30/06/2025**

Os diretores da K-Infra Rodovia do Aço S.A., tendo em vista o disposto no art. 25, parágrafo 1º., incisos V e VI da Instrução CVM n.º 480/09 declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 30/06/2025 e que (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes relativas às mencionadas demonstrações financeiras.

Vassouras, 14 de Agosto de 2025.

Sergio Eduardo Campos
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores